

STF examinará pedido de redirecionamento de investigação sobre desvios em Bahia

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, Secretário de Administração da corte, apresentou informações da relatoria da petição que investiga supostos desvios em Bahia. No momento, a petição das emendas está no gabinete e a questão é avaliar se o caso deve ser redistribuído para o ministro que também apuram suspeitas de irregularidades na distribuição.

Depois que as informações foram encaminhadas ao procurador-geral da República, o ministro Nunes Marques manifestou sobre esse ponto específico.

A Justiça Federal na Bahia remeteu a petição para as investigações apontarem possíveis irregularidades do deputado federal, que tem prerrogativas de foro no Supremo, e, por sorteio, a relatoria ficou com o ministro Nunes Marques. A Polícia Federal, entidade que atua na investigação, seja distribuída, por prevenção de conflitos de interesse, que tem atuado nos processos relacionados a parlamentares.

Longa novela

Dino é relator de ações que questionam a falta de transparência e bloqueou os repasses. Após negociação com o Congresso, o ministro decidiu pelo pagamento, mas impôs condições que o Supremo disse não estar empenhado nas emendas parlamentares fere o princípio de não levar o tema para o Plenário já em 2025.

No final do ano passado, o ministro tentou driblar na tentativa de feito pela Câmara havia liberado em 2 de dezembro a retomada dos repasses suspensos desde agosto, mediante o cumprimento de diretrizes.

Entre as regras estava a de que as emendas de comissões autorizadas pelas comissões permanentes da Câmara e as indicações dos parlamentares solicitantes ou apoiados.

Porém, no dia 12, a Mesa Diretora da Câmara suspendeu as comissões permanentes. Na sequência, 17 líderes partidários pediram o pagamento de 5.449 emendas, totalizando R\$ 1,2 bilhão em repasses após o driblar.

Marcelo Camargo / Agência Brasil



O ministro Nunes Marques sobre emendas parlamentares



Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jan-22/stf-examinara-pedido-de-parlamentares/>